

1    CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA  
2    ATA DA 318<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE  
3    SAÚDE DE LONDRINA

4    Aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e vinte, por meio de web  
5    conferência, reuniu-se o Conselho Municipal de Saúde de Londrina para a sua  
6    318<sup>a</sup> reunião ordinária. Após confirmação do quórum mínimo necessário, o  
7    presidente **Lincoln Ramos e Silva (Sindprevs)** inicia a reunião apresentando  
8    a pauta do dia: 1-Análise e Aprovação da Pauta da 318<sup>a</sup> Reunião Ordinária do  
9    CMS e Aprovação da Ata da 317<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Conselho Municipal de  
10    Saúde; 2- Apresentação do Teto Mac; 3-Prestação de Contas do Fundo  
11    Municipal de Saúde referente aos meses de Maio a Agosto/2020 - Sandra  
12    Silva; 4.- Demandas dos Conselheiros/Comissões;4.1-Saúde Mental e  
13    Psicoterapia – Sônia Regina Lunardon Vaz;5-Informes. O conselheiro **Edvaldo**  
14    **Viana** (Conleste) solicita 3 minutos para que as estudantes Isabela e Michelle  
15    da UEL possam falar sobre um projeto relacionado ao covid-19. O presidente  
16    **Lincoln Ramos** propõe que elas façam sua apresentação nos informes. O  
17    conselheiro **Edvaldo Viana** solicita uma pauta para discussão sobre as  
18    dificuldades enfrentadas pela Comissão de Obras do CMS para realizar seu  
19    trabalho. O presidente **Lincoln Ramos** coloca que o item pode ser discutido na  
20    pauta “Demandas de Conselheiros”. O conselheiro **Ângelo Barreiros** informa  
21    que fez alguns questionamentos no chat e gostaria que a gestão respondesse  
22    assim que possível. O conselheiro **Edvaldo Viana** solicita a retirada do item nº  
23    3 “*Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde referente aos meses de*  
24    *Maio a Agosto/2020*”, pois não houve a reunião da Comissão de Orçamento e  
25    Finanças e conseqüentemente o parecer da comissão. O presidente **Lincoln**  
26    **Ramos** questiona se a gestão quer manter o ponto de pauta. A conselheira  
27    **Rosilene Machado** diz que a prestação de contas é um resumo que independe  
28    da avaliação ou não da Comissão de Orçamento e Finanças, pois esta analisa  
29    um relatório mais completo, já a apresentação é um resumo a pedido dos  
30    conselheiros para que fique de uma forma mais didática, por isso a proposta de  
31    apresentação e explicação das contas, por isso a necessidade da secretaria de  
32    estar fazendo esta prestação de contas, não tem sido possível manter isso em  
33    ordem e elas estão acumulando, isso não vai invalidar a reunião da comissão e  
34    nem seu relatório, era feito junto por serem assuntos semelhantes, então a  
35    SMS gostaria de manter a apresentação. O conselheiro **Edvaldo Viana** coloca  
36    que se for mantido o ponto de pauta, então que fique explícito que é apenas  
37    uma apresentação e não uma prestação de contas. Rosilene Machado coloca  
38    que pela ótica da gestão é uma prestação de contas, mas não tem problema  
39    alterar a pauta. O presidente **Lincoln Ramos** coloca que para ser prestação de  
40    contas o assunto deveria ter passado pela Comissão de Orçamento e

41 Finanças. O conselheiro **Luiz Soares Koury (Hoftalon)** questiona se a reunião  
42 da Comissão de Orçamento e Finanças não ocorreu por falta de convocação  
43 ou por falta de quórum, já que se for por falta de quórum à responsabilidade é  
44 do Conselho Municipal de Saúde. O presidente **Lincoln Ramos** responde que  
45 a reunião foi convocada e não houve quórum. O conselheiro **Luiz Soares**  
46 **Koury (Hoftalon)** diz que esse é um problema que já vem afetando o trabalho  
47 das comissões há muito tempo, pois tem sido uma rotina a falta de quórum nas  
48 comissões. O presidente **Lincoln Ramos** diz que o apelo do conselheiro é  
49 importante, no entanto, não dá para aprovar uma prestação de contas que não  
50 foi analisada pela Comissão de Orçamento e Finanças, por isso propõe que o  
51 assunto seja retirado da pauta ou apenas feito uma apresentação e não uma  
52 prestação de contas. O conselheiro **Edvaldo Viana** relata que foram feitas três  
53 convocações para reunião da Comissão de Orçamento e Finanças, tanto que  
54 nas três assumiu que iria participar, então se isso entrar na reunião de hoje  
55 como prestação de contas vai votar de forma contrária. O presidente **Lincoln**  
56 **Ramos** se diz solidário a manifestação de conselheiro, pois também faz parte  
57 da Comissão de Orçamento e Finanças, inclusive não pôde estar presente na  
58 última reunião por motivos pessoais, mas o fato da comissão não ter  
59 conseguido se reunir em tempo hábil também se deve a tudo ter sido marcado  
60 muito tem cima da hora. O conselheiro **Fahd Haddad** (ISCAL) propõe que ao  
61 assunto seja retirada da pauta, a comissão se reúna na próxima semana  
62 extraordinariamente e na próxima reunião do conselho seja feita a prestação de  
63 contas para aprovação do conselho. O conselheiro **Wagner Aguiar** diz que faz  
64 parte da comissão e realmente ela não tem conseguido reunir, mas a reunião é  
65 agendada com 30 dias de antecedência, então a reunião não é agendada em  
66 cima da hora, só estava agendando de última hora numa tentativa de analisar  
67 os documentos para apresentar depois no conselho, mas infelizmente não foi  
68 possível. O conselheiro **Luiz Soares Koury (Hoftalon)** propõe que se for  
69 adiado a prestação de contas à comissão assuma o compromisso de se reunir  
70 já na próxima semana, pois quanto mais passa o tempo mais documentos para  
71 analisar. O presidente **Lincoln Ramos** coloca que a comissão já está  
72 conversando para realizar uma reunião no dia 22/10. **Após debate, por**  
73 **maioria o CMS delibera pela retirada do ponto de pauta “Prestação de**  
74 **Contas do Fundo Municipal de Saúde Referente aos Meses de Maio a**  
75 **Agosto/2020”**. A diretora Rosilene Machado lembra que os documentos de  
76 maio, junho, julho e agosto já foram enviados aos membros da comissão, então  
77 a SMS não vai encaminhar novamente. **Não havendo mais questionamentos**  
78 **a pauta é aprovada com as alterações solicitadas.** Seguindo os trabalhos  
79 passa-se a discussão da ata da 317ª reunião ordinária do CMS. A conselheira  
80 **Ana Paula Cantelmo** (ISCAL) solicita que na linha 481, onde está escrito  
81 *“então não entra de fins ou não lucrativos e não podem ser contratualizados*

82 com a SESA”, se corrija para “o decreto não entra no mérito se a entidade  
83 privada é com ou sem fins lucrativos”. **Não havendo mais questionamentos a**  
84 **ata é aprovada com a correção solicitada.** Seguindo os trabalhos é passado  
85 ao ponto de pauta “Apresentação do Teto MAC”. A diretora **Andressa Fiorio**  
86 **Zocoler Gonzalez** (DRAS) inicia a seguinte apresentação: Produção MAC x  
87 Teto MAC : Aprovados, Comp:Fev/20: Total Produção  
88 Aprovada(1):23.454.133,62. Teto Municipal (expurgado os  
89 incentivos)(2):12.966.704,73: Déficit Médio Mensal(2)-(1). -10.487.426,89. %  
90 Execução:180,88.Mar/20: Total Produção Aprovada(1):18.045.887,72. Teto  
91 Municipal (expurgado os incentivos)(2):12.966.704,73: Déficit Médio Mensal(2)-  
92 (1). -5.079.181,4. % Execução:139,17.Abr/20: Total Produção  
93 Aprovada(1):15.206.126,72. Teto Municipal (expurgado os  
94 incentivos)(2):12.966.704,73: Déficit Médio Mensal(2)-(1). -2.239.421,99. %  
95 Execução:117,27.Mai/20: Total Produção Aprovada (1):20.653.388,11. Teto  
96 Municipal (expurgado os incentivos)(2):12.966.704,73: Déficit Médio Mensal(2)-  
97 (1). -7.686.683,38. % Execução:159,28.Jun/20: Total Produção Aprovada  
98 (1):13.834.385,56. Teto Municipal (expurgado os incentivos)(2):12.966.704,73:  
99 Déficit Médio Mensal(2)-(1). -867.680,83. % Execução:106,69.Jul/20: Total  
100 Produção Aprovada (1):18.101.246,86. Teto Municipal (expurgado os  
101 incentivos)(2):12.966.704,73: Déficit Médio Mensal(2)-(1). -5.134.542,13. %  
102 Execução:139,60. Ago/20: Total Produção Aprovada (1):16.106.368,81. Teto  
103 Municipal (expurgado os incentivos)(2):12.966.704,73: Déficit Médio Mensal(2)-  
104 (1). -3.139.664,08. % Execução:124,21.Média: Total Produção Aprovada  
105 (1):17.914.505,26. Teto Municipal (expurgado os incentivos)(2):12.966.704,73:  
106 Déficit Médio Mensal(2)-(1). -4.947.800,10. % Execução:138,16. Dados  
107 Dras:Descrição:10% Retido Pré- fixado: HU 2.262.861,51,HEL 0,00, ISCAL  
108 0,00,HCL 0,00,Hoftalon 253.904,08.TOTAL:2.516.765,59.Bloqueios:HU 0,00  
109 HEL 0,00 ISCAL0,00, HCL 0,00 Hoftalon 0,00.TOTAL:0,00. Processada SIH  
110 Estrapolou prazo 180 dias/ Autorizado pelo prestador: HU 30.213.370,87,  
111 HEL17.505.349,51, ISCAL 6.637.716,89, HCL 0,00,Hoftalon 978.589,57.  
112 TOTAL: 55.335.026,84. TOTAL GERAL:HU 32.476.232,38,HEL 17.505.349,51,  
113 ISCAL 6.637.716,89, HCL 0,00, Hoftalon 1.232.493,65,  
114 TOTAL:57.851.792,43.Extrapolações Diárias Informado pelos Prestadores:  
115 Descrição:Valores Informados pelos Hospitais por extrapolação de capacidade  
116 instalada e diárias de UTI: HU 0,00, HEL 2.998.272,85, ISCAL1.201.652,46,  
117 HCL 187.786,95, Hoftalon 0,00,Total: 4.387.712,26, Utilizado período de 2016  
118 a 2020, por conta da vigência desse contrato. **Andressa** encerra a  
119 apresentação. A conselheira **Denise Garcia (AEBEL)** diz que o HEL não  
120 conseguiu finalizar seu levantamento sobre os valores do hospital, pois está  
121 com vários funcionários afastados devido ao covid, então no valor apresentado  
122 faltam os dados de 2020. Denise questiona porque a Drª Andressa expurgou

123 os valores de 2015 da apresentação, pois mesmo que se tenha um contrato de  
124 2016 a 2021, isso não significa que a dívida de 2015 deixou de existir, então  
125 isso deve ser apresentado ao CMS. **Andressa (DRAS)** responde que a DRAS  
126 sempre vai levar em consideração os dados do contrato vigente, assim como  
127 os 10% que acabam apresentando, entre outras coisas, isso diz respeito a  
128 contratos passados, então o que é apresentado refere-se ao contrato vigente,  
129 por isso não trouxe nada de 2015. A conselheira **Denise Garcia (AEBEL)**  
130 afirma não concordar com essa prática e reafirma que os valores de 2015 têm  
131 de ser expostos, pois embora o contrato tenha validade de cinco anos, a  
132 prestação de serviços não deixou de existir e os valores têm de ser  
133 apresentados. **Andressa (DRAS)** responde que essa é a prática da DRAS,  
134 então a sua responsabilidade é em relação ao contrato vigente, as dívidas  
135 antigas, se existirem, devem ser tratadas de outra maneira. A conselheira  
136 **Denise Garcia (AEBEL)** questiona de que outra maneira isso pode ser tratado.  
137 **Andressa** diz que esse questionamento foge de sua governabilidade, até  
138 mesmo porque esses dados são do prestador e não da SMS. A conselheira  
139 **Denise Garcia (AEBEL)** questiona que se a Dr<sup>a</sup> Andressa está a frente da  
140 DRAS que representa a SMS, as instituições estão prestando serviço, como  
141 isso pode fugir da responsabilidade e quem é então que seria responsável por  
142 isso. **Andressa (DRAS)** responde que enquanto diretora da DRAS apresenta  
143 os dados referentes ao contrato em vigência. A diretora **Rosilene Machado**  
144 (SMS) coloca que apresentação da extrapolação do teto vinha sendo  
145 apresentada sempre assim, aí a Denise está questionando os dados referentes  
146 a outros contratos, então é uma análise que não adianta ficar discutindo aqui  
147 neste momento, então a SMS vai discutir a questão internamente, pois é algo  
148 que nunca foi solicitado, ou seja, cada hora é um tipo de informação, então  
149 como agora foi solicitado outro tipo de informação isso vai ser avaliado. A  
150 conselheira **Denise Garcia (AEBEL)** diz que concorda que haja uma  
151 complementação para a próxima reunião, mas essa informação foi solicitada  
152 desde o início, até porque as extrapolações de teto são do contrato vigente,  
153 mas o que vem pedindo há algum tempo é a capacidade instalada, em nenhum  
154 momento disse que era de 2016 para cá, ou seja, o que tem pedido é o  
155 montante que a SMS deve para as instituições. Com relação ao que a Dr<sup>a</sup>  
156 Andressa colocou sobre os dados serem dos prestadores, já se disponibilizou a  
157 marcar uma reunião para mostrar de onde podem ser retirados os dados para  
158 que não se possa dizer que é a instituição que está informando, tanto é que no  
159 primeiro arquivo encaminhado para a SMS faltou 2020, foram mandados os  
160 espelhos, os prints das notificações em telas que ultrapassaram a capacidade  
161 instalada e que é retirado do próprio sistema, então isso é fácil de mostrar,  
162 mas, independente de ser o contrato em vigência ou não, o montante do valor  
163 deve se apresentado ao CMS. A diretora Rosilene Machado coloca que tinha

164 ficado da Denise marcar uma reunião com a SMS para resolver essa questão,  
165 pois toda reunião fica a mesma coisa e não é dado nenhum encaminhamento,  
166 então gostaria de solicitar novamente que a Denise marque uma reunião na  
167 SMS para discutir toda essa questão. A conselheira **Denise Garcia (AEBEL)**  
168 coloca que quando encaminhou os documentos para a DRAS, ficou  
169 aguardando uma agenda para discutir o assunto, mas o DRAS não marcou  
170 está agenda com o hospital. **Andressa (DRAS)** responde que a DRAS está a  
171 disposição, basta a Denise apenas lhe passar os horários. O conselheiro **Fahd**  
172 **Haddad** (ISCAL) questiona se os valores informados pelos hospitais por  
173 extrapolação de capacidade instalada e diárias de UTI (R\$ 4.387.712,26) estão  
174 incluídos no total geral de R\$ 57.851.792,43 (10 % retido pré-fixado +  
175 processada sih extrapolou prazo 180 dias /autorizado pelo prestador). Fahd  
176 questiona se estes valores poderão ser cobrados do sistema para que sejam  
177 pagos pelo MS. **Andressa (DRAS)** responde que o valor de R\$ 4.387.712,26  
178 não está incluso nos R\$ 57.851.792,43, como já disse é a questão da  
179 capacidade instalada, inclusive fez um questionamento ao MS para que ele  
180 explicitasse como a SMS deve agir então nestas questões, pois o que compõe  
181 o teto MAC é justamente a capacidade instalada do hospital, por exemplo, se  
182 tem 100 leitos de enfermaria cadastrados no CNES e eles geram as AIHS, é  
183 com base nestes leitos que vai ser feito o cálculo para pagamento, pois ele não  
184 tem como saber se um mês o hospital extrapolou 10 leitos e no seguinte 20  
185 leitos, então o MS não consegue nem enxergar isso, pois esses leitos não  
186 estão contratualizados. O conselheiro **Fahd Haddad** (ISCAL) questiona que  
187 houve a AIH, teve paciente internado, então isso tem de ajustado para não  
188 haver prejuízo para as instituições que fizeram o atendimento. **Andressa**  
189 **(DRAS)** concorda com a fala do Dr<sup>o</sup> Fahd e diz que isso já está sendo discutido  
190 com o MS há algum tempo, mas quando as AIH's são rejeitadas pela  
191 extrapolação da capacidade instalada, elas não vão entrar na apresentação do  
192 TETO MAC e devem ser apresentadas a parte. O conselheiro **Laurito Porto**  
193 **Filho** (SEEB) coloca que já é a terceira reunião que a Dr<sup>a</sup> Andressa está  
194 explicando a mesma coisa sobre os mesmos pedidos, então gostaria de propor  
195 que as entidades encaminhem os ofícios do que eles estão demandando para  
196 a secretaria do CMS e esta oficialize os questionamentos junto a DRAS, pois é  
197 preciso todos os dados para um debate mais adequado, pois o CMS está  
198 perdendo tempo debatendo a mesma coisa em todas as reuniões e isso não  
199 está caminhando. Laurito prossegue e questiona que há quatro reuniões foi  
200 discutido no conselho que se montaria uma comissão para discutir isso para  
201 tentar fazer algo junto ao MS e aos políticos da região, então já está ficando  
202 enfadonho ouvir as mesmas perguntas e respostas. O CMS se mostra  
203 favorável à proposta do conselheiro. O presidente **Lincoln Ramos**  
204 (SINDPREVS) diz que o CMS ficará aguardando o ofício dos prestadores para

205 posterior encaminhamento a SMS/DRAS. O conselheiro **Edvaldo Viana** coloca  
206 que em reuniões anteriores já havia pedido para os prestadores encaminharem  
207 ofícios para o CMS sobre a dívida dos municípios para com eles, no entanto,  
208 nada foi encaminhado, então não adianta ficar discutindo aqui com quem não  
209 sabe responder, que as instituições oficializem o conselho para que ele tente  
210 resolver esse problema. O conselheiro **Luiz Koury (Hoftalon)** questiona  
211 porque não foi incluído o mês de janeiro de 2020 na planilha 1, é importante  
212 dizer que já há um déficit mensal de aproximadamente cinco milhões de reais  
213 no FMS, sendo que isso representa cinco milhões a menos na receita dos  
214 hospitais que atendem SUS, logo, isso resulta em capacidade de investimento  
215 prejudicada, impossibilidade de melhorar faixas salariais, algo que afeta a  
216 todos, tanto os que precisam do serviço como os que prestam atendimento,  
217 trata-se de um prejuízo que as entidades não podem suportar, o CMS precisa  
218 tomar uma atitude firme junto com a SMS para que o MS pare de espoliar o  
219 município desta forma. Em relação à segunda planilha, gostaria de esclarecer  
220 ao Viana que naquela época levantou a questão da retenção dos 10% que não  
221 foram repassados aos hospitais, inclusive essa retenção nem foi feita no  
222 mandato do atual prefeito e sim na gestão anterior, e os hospitais estavam  
223 absorvendo isso sem receber pelo serviço prestado, esta situação já está  
224 sendo resolvida, por isso que o CMS não recebeu nenhum ofício a respeito dos  
225 10%, todos os hospitais já receberam o crédito referente a estes 10%, exceto o  
226 HU, mas acredita que este deverá receber em breve, inclusive gostaria de  
227 agradecer a gestão atual por ter honrado esta dívida que veio da gestão  
228 anterior. Na mesma planilha há um item que fala “*processada SIH extrapolou o*  
229 *prazo de 180 dias autorizado pelo prestador*”, da forma como está escrito  
230 parece que o prestador não fez força para receber e autorizou passar o prazo  
231 de 180 dias as contas caducarem, mas na realidade nenhum prestador autoriza  
232 não receber o que tem direito, ocorre que como não há recurso para pagar todo  
233 mês o serviço prestado, o prestador muitas vezes escolhe quais AIH’s vai  
234 mandar cobrar e engaveta as que não têm condições de receber, mas isso não  
235 significa que ele deu voluntariamente uma autorização para não receber. Com  
236 relação à planilha 5 , não ficou muito claro porque as contas rejeitadas por  
237 deficiência do teto passaram a ser contas rejeitadas por outros motivos, ao que  
238 parece esses “outros motivo” refere-se a extrapolação do teto financeiro, se  
239 for assim onde é que elas estão sendo cobradas ou elas vão simplesmente  
240 também cair na conta dos 180 dias. **Andressa (DRAS)** responde que em  
241 relação à planilha nº 1, o mês de janeiro não foi colocado porque ele já foi  
242 previamente apresentado nas outras apresentações, já que a apresentação é  
243 sempre dos últimos quatro meses, esta em específico foi feita de fevereiro para  
244 cá justamente pela questão do reprocessamento de todas essas contas junto  
245 ao MS e por entender que seria importante apresentar ao CMS a mudanças

246 nos valores, pois as contas foram todas reprocessadas por conta de uma  
247 demanda judicial do HEL, então como houve mudança nos valores a DRAS  
248 achou importante apresentar isso ao CMS, mas como janeiro não houve  
249 mudança no que já havia sido apresentado, o mês acabou não sendo incluído.  
250 Outro ponto importante é que o Drº Koury falou sobre a realidade enfrentada e  
251 que vem sendo discutida junto ao MS, que é justamente a média mensal de  
252 quatro milhões e 900 mil do teto financeiro e que já vem sendo negociada há  
253 muito tempo junto ao ministério, até mesmo porque houve uma mudança na  
254 questão dos bloqueios, isso é uma consequência do vem sendo negociado  
255 junto ao ministério, sendo que este diz que se o município não processar todas  
256 as contas ele não consegue enxergar aquilo que realmente é executado dentro  
257 dos hospitais de Londrina, então a SMS passou a processar todas as contas e  
258 não bloqueá-las mais, apesar de que o próprio MS dizer que ele consegue  
259 visualizar isso junto ao sistema, mas por um entendimento da SMS e dos  
260 prestadores essas contas não estão mais sendo bloqueadas e sim  
261 apresentadas. O conselheiro **Luiz Koury** diz que é importante apresentas  
262 todos os meses o que não foi pago, ate porque no final se calcula a média e ela  
263 precisa computar todo o período, então gostaria que todos os meses de 2020  
264 fossem incluídos, para que o conselho possa fazer uma moção de repudio ao  
265 ministério ou qualquer outra coisa que crie um impacto, o que não dá mais é  
266 para se tolerar isso, pois trata-se de uma questão de sobrevivência da rede de  
267 assistência da cidade, já que a situação está cada vez pior. Andressa responde  
268 que a sugestão pode ser acatada para a próxima apresentação. A conselheira  
269 **Maria Aparecida** diz que o HU já encaminhou dois ofícios para a SMS  
270 solicitando o pagamento dos 10% retidos, mas a resposta até o momento é de  
271 que não há previsão. O conselheiro **Laurito Porto Filho** diz que vai novamente  
272 fazer uma apelo para que se inicie a comissão que ficou de ser montada para  
273 fazer o debate político sobre as verbas do ministério, pois toda essa discussão  
274 é de uma tabela de valores que não sobe há muito tempo, então o embate  
275 deve ser político, já que a politica do governo atual é de dismantelar o serviço  
276 público, no governo temer foi feito a PEC do fim do mundo e que congelou os  
277 gastos, o debate para aumentar verbas para a saúde já foi feito com a votação  
278 do orçamento da união, então Londrina tem de começar a se organizar e iniciar  
279 os debates com os políticos, do contrário, o conselho nunca vai sair da  
280 discussão atual, pois a culpa não é somente da prefeitura, pois há questões  
281 que são estaduais e federais, sendo que hoje não dá para pensar em saúde  
282 pública sem o serviço das instituições privadas que prestam serviço para o  
283 SUS, então é preciso fazer o debate politico com todos que possam ajudar no  
284 assunto, por isso a necessidade de uma comissão para discutir o assunto. O  
285 presidente **Lincoln Ramos** diz apoiar a ideia do conselheiro Laurito e que  
286 posteriormente vai ver uma forma de viabilizar isso. Seguindo os trabalhos é

287 passado ao ponto de pauta: *Demandas dos Conselheiros/Comissões*. A  
288 primeira demanda trazida pelos conselheiros é relacionada à Comissão de  
289 Obras do CMS. O conselheiro **Edvaldo Viana** relata que a comissão de obras  
290 foi montada, no entanto, está tendo dificuldade junto a SMS, então gostaria de  
291 saber se a SMS pode informar quem é a pessoa responsável para agendar as  
292 visitas e ceder o carro da PML e o engenheiro para que a comissão possa  
293 acompanhar as obras. A diretora **Rosilene Machado** coloca que a gestão  
294 sempre teve um representante na comissão de obras, o que estava faltando  
295 era representante dos outros segmentos, então sempre foi a Evilin, e a forma  
296 de trabalho foi sempre o grupo discutir e combinar o funcionamento das visitas,  
297 mas até o momento não recebeu nada na SMS neste sentido e a Evilin  
298 também não, então a comissão só precisa se reunir, ver quem é que vai  
299 coordenar os trabalhos, fazer o planejamento e começar a trabalhar, então não  
300 sabe qual é a dificuldade que o Viana está encontrando, se ele está indo direto  
301 na obras aí ele vai ter dificuldade, pois nem sempre está todo mundo todo dia  
302 na mesma obra. O presidente **Lincoln Ramos** questiona se a comissão fez  
303 uma primeira reunião para definir quem será o coordenador da mesma. O  
304 conselheiro **Edvaldo Viana** esclarece que não estão fazendo nada a revelia e  
305 não tem ninguém indo à obra nenhuma, pois estão esperando a SMS se  
306 pronunciar, o Wagner que é o coordenador já tentou por 3 vezes marcar com a  
307 SMS para que uma pessoa responsável possa acompanhar a comissão,  
308 cedendo o carro e tudo devidamente agendado, mas a comissão não está  
309 conseguindo agendar, pois não sabem até agora quem é a pessoa responsável  
310 por essa questão. Rosilene esclarece que não disse que a comissão está  
311 trabalhando a revelia, apenas que se ela for direto às obras não vai ter a  
312 conexão prévia e necessária com a SMS, logo, gostaria de saber com quem o  
313 Wagner tem tentado falar na SMS para agendar. O presidente **Lincoln Ramos**  
314 solicita que a comissão marque uma reunião com o planejamento para  
315 organizar as visitas. **Rosilene Machado** responde que é assim que as  
316 comissões têm trabalhado, então basta à comissão formar o grupo e agendar  
317 uma reunião para fazer seu planejamento, então não está entendendo qual é a  
318 dificuldade enfrentada. O presidente **Lincoln Ramos** diz que a secretaria do  
319 CMS vai montar o grupo da comissão de obras, incluir a Evilin, para que então  
320 seja agendada uma reunião para planejamento dos trabalhos. Seguindo os  
321 trabalhos o conselho para a discutir a questão da saúde mental. Por problemas  
322 técnicos, a conselheira Sônia Lunardon não consegue fazer sua apresentação.  
323 Fica definido que a conselheira deverá encaminhar as informações e se tiver  
324 alguma apresentação sobre o assunto por escrito para a secretaria do CMS  
325 para que o assunto seja pautado em outra reunião. A conselheira **Sônia**  
326 **Lunardon** se compromete a encaminhar os documentos para o CMS. O  
327 conselheiro **Luiz Koury** diz que a promotora Susana Lacerda tem um grupo



328 constituído que se reúne toda terça feira no MP, e assunto da saúde mental  
329 tem sido muito discutido no grupo, se temo entendimento de que a atenção  
330 primária não é adequada, mas tem outro problema envolvido que é a central de  
331 regulação dos pacientes que precisam ser internados e que é feita em Curitiba,  
332 algo que tem dificultado muito a internação dos pacientes, eles são avaliados  
333 nos hospitais que tem porta aberta de pronto socorro e quando precisam de  
334 internação eles não são encaminhados diretamente para a clínica psiquiátrica  
335 em Londrina e são colocados na central, a qual às vezes manda o paciente  
336 para longe da família, e eles são levados por ambulância do SAMU que precisa  
337 se deslocar em viagem, quanto tem alta para voltar precisa de outra  
338 ambulância para buscar, ou seja, cria-se um transtorno desnecessário para  
339 internar um paciente, já que há vagas para internar em Londrina, mas a central  
340 de regulação coloca na lista o paciente e vai alocando de acordo com a ordem  
341 de chegada, então existe uma solicitação para que governo do estado reveja  
342 isso e traga de volta a regulação para Londrina, talvez fosse bom então o CMS  
343 se inteirar disso e juntar forças com a promotoria para pressionar o governo do  
344 estado a resolver este problema. O presidente **Lincoln Ramos** solicita que a  
345 Comissão de Saúde Mental agende uma reunião para discutir as questões que  
346 a Sônia e o Drº Koury apresentaram e possa efetivamente contribuir para este  
347 processo. A diretora **Cláudia Denise** (SMS/DSES) sugere convida a  
348 conselheira a participar da reunião da Comissão de Saúde Mental e apresentar  
349 os dados comentados para a discussão. A diretora **Rosilene Machado**  
350 esclarece que a reunião citada pelo Drº Koury é de um comitê de crise no MP  
351 que se reúne toda terça e discute vários assuntos, mas há um GT específico,  
352 então um caminho interessante e mais adequado seria emponderar o CMS da  
353 necessidade de plano de saúde mental para depois se buscar outras  
354 participações. Seguindo os trabalhos é passado ao ponto de pauta “**Informes**”.  
355 O presidente **Lincoln Ramos** informa que o conselheiro Fábio Molin irá  
356 representar o segmento trabalhador na comissão de obras. A palavra passa a  
357 **Isabela** que inicia dizendo que é colaborado de um projeto da UEL sobre covid-  
358 19 e faz parte da frente de relacionamento e gestão, então sempre tem falado  
359 com o Edvaldo se ele sabe de alguém que está passando por dificuldades em  
360 relação à saúde mental. O conselheiro **Edvaldo Viana** sugere que a secretaria  
361 Sandra inclua a Michelle e a Isabela que fazem parte deste projeto da UEL na  
362 comissão de saúde mental. Isabela coloca que se alguém souber de uma  
363 pessoa que precisa deste tipo de atendimento, pode repassar o nome para o  
364 senhor Edvaldo. Não havendo mais assuntos a reunião é encerrada. Esta ata  
365 foi digitada pelo servidor Anderson Luiz Oliveira Silva e revisada pela secretaria  
366 Sandra Bavia.

<i>Titular</i>	Carlos Felipe Marcondes Machado	Ausente
----------------	---------------------------------	---------

Suplente	Rosilene Machado	
Titular	Maria Lúcia da Silva Lopes	
Suplente	Joelma Aparecida de Carvalho	
Titular	Fábio Molim	
Suplente	Pilar Nadir Alvares Soldório	
Titular	Lincoln Ramos e Silva	
Suplente	Luís Alfredo Gonçalves	Ausente
Titular	Sergio Luis Conojó	Ausente
Suplente	Maria Celeste Vitorazzo	
Titular	Joice Mara Cruciol e Souza	Justificou
Suplente	Ester Massae Okamoto Dalla Costa	Justificou
Titular	Sergio Ricardo Belon da Rocha Velho	Ausente
Suplente	Sonia Regina Lunardon Vaz	
Titular	Fernando César Marcucci	
Suplente	Flávia Gonçalves	Justificou
Titular	Alexsandra A Jesus Moreira	
Suplente	Ana Paula Gracindo	
Titular	Edmilson Garcia	
Suplente	Manoela Germinari Pessoa	
Titular	Denise Camargo Moraes	
Suplente	Luiz Soares Koury	
Titular	Fahd Haddad	
Suplente	Ana Paula Cantelmo Luz	
Titular	Maria Aparecida Ramalho de	

	Oliveira	
Suplente	Vivian Biazon El Reda Feijó	Ausente
Titular	Reilly Aranda Lopes	
Suplente	Geraldo Júnior Guilherme	
Titular	Edvaldo Vianna	
Suplente	Elaine Bordin	Ausente
Titular	Antônio Barrichello	Ausente
Suplente	Livaldo Bento	Ausente
Titular	Vaine Teresinha P Marques	
Suplente	Teresa Moreschi	Ausente
Titular	João Victor Custódio Nery	Ausente
Suplente	Maria Inês Bento Gimenes	Ausente
Titular	Silvia Aparecida Brazao	Ausente
Suplente	Ailton de Souza	Ausente
Titular	Wagner Aguiar de Almeida	
Suplente	Sônia Oliveira da Silva	
Titular	Faustino Aparecido de Abreu	Justificou
Suplente	Alcides Antônio Oliveira	
Titular	Neide Aparecida Gonçalves	Ausente
Suplente	João Maria Cabral	Ausente
Titular	Eunice Tieko Myamoto	
Suplente	Edvaldo Zanutto	Ausente
Titular	Laurito Porto de Lira Filho	
Suplente	Sem indicação	
Titular	Jurandir Pinto Rosa	

Suplente	Jair Rodrigues Pereira	
Titular	Ângelo Barreiros	
Suplente	Natal de Oliveira	Ausente
Titular	André Akira Horiuchi	
Suplente	Maria José Barbosa	
Titular	Sem indicação	
Suplente	Alexandre Montezin	

367

368

369